

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

249 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22 a 26 de setembro de 2025

1. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS	1
Principais discursos	1
Palestina	2
2. RÚSSIA: VIOLAÇÕES DO ESPAÇO AÉREO DA NATO	3
3. PARLAMENTO EUROPEU ABRE REPRESENTAÇÃO NA UCRÂNIA	4
4. PROVIDORIA EUROPEIA - INVESTIGAÇÃO A MENSAGENS DE TEXTO	4
5. PARLAMENTO EUROPEU	5
AFCO - Alargamento e reformas institucionais	5
ECON sanções financeiras à Rússia	5
PAC - debate com Comissário Hansen	6
Acordo UE-Mercosul	7
6. CURSO DE JORNALISMO PARLAMENTAR	7
7. PARLAMENTO EUROPEU - CANDIDATOS AO PRÉMIO SAKHAROV	8
8. PARLAMENTO EUROPEU - HABITAÇÃO	8
9. REUNIÕES DO CONSELHO	9
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS

A 23 de setembro, teve início o [Debate Geral de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas \(AGNU\)](#), momento central do calendário anual da ONU em Nova Iorque (detalhe [aqui](#)). Mais de 150 líderes mundiais estão inscritos para discursar sobre os principais desafios globais, num contexto marcado por fortes tensões políticas e humanitárias. A sessão foi aberta formalmente a 9 de setembro pela presidente da 80.ª AGNU, Annalena Baerbock, antiga ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha.

A 80.ª sessão da Assembleia Geral da ONU decorre sob o lema “*Melhor juntos: 80 anos e mais em prol da paz, do desenvolvimento e dos direitos humanos*”, e sublinha a urgência de cumprir a [Agenda 2030](#) e revitalizar a cooperação internacional.

Principais discursos

De acordo com a tradição estabelecida desde 1955, o Brasil é sempre o primeiro país a intervir. Segue-se os Estados Unidos, como país anfitrião. A ordem dos restantes discursos depende do nível de representação (chefe de Estado, chefe de Governo ou ministro), das preferências expressas e do equilíbrio geográfico. Também o Vaticano, o Estado da Palestina e a União Europeia participam, com lugares definidos em função da sua representação. Os principais discursos dos primeiros dias estão disponíveis [aqui](#) e destacamos:

1. **Secretário-Geral das Nações Unidas, [António Guterres](#)**
2. **Presidente da Assembleia Geral (sessão de abertura), [Annalena Baerbock](#)**
3. **Brasil, [Luiz Inácio Lula da Silva](#)**
4. **Estados Unidos da América, [Donald Trump](#)**
5. **Ucrânia, [Volodymyr Zelenskyy](#)**
6. **Presidente do Conselho Europeu, [António Costa](#)**

O Presidente da República portuguesa, [Marcelo Rebelo de Sousa](#), foi o 13.º a discursar.

O sumário do primeiro dia está disponível [aqui](#) e destacamos o seguinte, com especial ênfase no discurso do Presidente dos EUA, [Donald Trump](#) que marcou a agenda. A 80.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas abriu com discursos que sublinharam a urgência de reforçar o multilateralismo e a cooperação global. O [Secretário-Geral António Guterres](#) alertou que o mundo entrou “*numa era de disrupção imprudente e sofrimento humano incessante*” e apelou a escolhas claras entre “*um mundo de poder bruto — ou um mundo de leis*”. Destacou a necessidade de paz baseada no direito internacional, pedindo um cessar-fogo e uma paz justa na Ucrânia, um cessar-fogo permanente em Gaza e a implementação integral das medidas do Tribunal Internacional de Justiça. Sublinhou ainda a urgência da ação climática, recordando que “*a janela está a fechar-se*” para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C.

No mesmo tom, [Annalena Baerbock](#), Presidente da Assembleia Geral, realçou que os princípios da Carta da ONU só são eficazes se os Estados os cumprirem e responsabilizarem os infratores. Apontou a Gaza, a Ucrânia, o Haiti e a República Democrática do Congo como crises que testam a relevância da ONU e defendeu reformas profundas para tornar a instituição mais ágil e credível. O Presidente do Brasil, [Luiz Inácio Lula da Silva](#), focou-se na defesa da democracia, denunciando a violência, a desinformação e a pobreza como inimigos centrais. Apelou ao combate à fome e à desigualdade como prioridade global e condenou veementemente a guerra em Gaza, classificando-a como “*genocídio em curso*”.

O discurso de [Donald Trump](#) destacou-se pela confrontação e pelas referências à Ucrânia e à Rússia. O Presidente norte-americano afirmou ter sempre considerado o conflito “*o mais fácil de resolver*”, graças à sua relação com Vladimir Putin, mas lamentou que se tenha prolongado durante três anos, causando “*a morte de*

5.000 a 7.000 jovens por semana”. Criticou a hipocrisia da NATO, acusando os aliados de “comprarem petróleo e gás à Rússia ao mesmo tempo que combatem a Rússia”. Propôs uma solução assente em tarifas: “Se a Rússia não acabar com a guerra, os Estados imporão tarifas muito rigorosas que a terminariam rapidamente — mas os europeus têm de as adotar também”.

Ao longo da sua intervenção, Trump reforçou a sua narrativa de êxitos históricos, desde cortes fiscais e regulatórios a alegados avanços em matéria de paz. Mas lançou críticas severas à ONU, que considerou ineficaz e dispendiosa, e atacou políticas climáticas e de energia renovável, descrevendo-as como “fraude” e afirmando que “as cólicas são patéticas”. Sobre Gaza, exigiu a libertação imediata dos reféns e advertiu que o reconhecimento unilateral de um Estado palestino equivaleria a “recompensar o Hamas pelas suas atrocidades”. Encerrando, sublinhou uma visão nacionalista: “A América pertence ao povo americano, e encorajo todos os países a defenderem o seu próprio povo.”

O Presidente da Ucrânia, [Volodymyr Zelenskyy](#), fez um discurso marcado pela denúncia da fragilidade do sistema internacional perante a agressão russa. Sublinhou que “o direito internacional não funciona plenamente a menos que se tenha amigos poderosos dispostos a defendê-lo. E mesmo isso não funciona sem armas”. Questionou a eficácia da ONU e de outras instituições internacionais: “O que podem esperar o Sudão, a Somália, a Palestina ou qualquer outro povo em guerra? Durante décadas, apenas declarações e declarações”.

Zelenskyy voltou a alertar para os riscos nucleares, recordando que já em 2024 avisara sobre o perigo na central de Zaporizhzhia, ocupada pela Rússia. “Nada mudou e ontem a central entrou novamente em blackout. A Rússia não parou de bombardear, mesmo perto de instalações nucleares”. Estendeu o alerta ao espaço europeu, referindo que a Moldávia continua sob pressão de Moscovo, que a Geórgia se encontra cada vez mais dependente da Rússia e que a Bielorrússia caminha no mesmo sentido: “A Europa não pode permitir-se perder também a Moldávia”.

O Presidente ucraniano destacou ainda o impacto global da guerra em matéria de tecnologia militar, sublinhando a proliferação de drones. “Agora há dezenas de milhares de pessoas que sabem matar profissionalmente usando drones. Parar esse tipo de ataque é mais difícil do que deter qualquer arma de fogo, faca ou bomba — isto é o que a Rússia trouxe com a sua guerra”. Alertou que a guerra já não conhece fronteiras: “Recentemente, aeroportos na Europa fecharam devido a drones. Mas o que acontecerá quando todos os tipos de drones estiverem disponíveis para pequenos grupos terroristas ou cartéis?”.

Num apelo final, Zelenskyy reforçou que deter a agressão russa é não apenas essencial para a Ucrânia, mas para a segurança global: “Parar esta guerra agora — e com ela a corrida armamentista global — é mais barato do que construir jardins de infância subterrâneos ou bunkers para infraestruturas críticas. Parar a Rússia agora é mais barato do que esperar para ver quem criará o primeiro drone capaz de transportar uma ogiva nuclear”. Concluiu, apelando à comunidade internacional: “Não fiquem calados enquanto a Rússia prolonga esta guerra”.

Palestina

No dia 22 de setembro, e no início dos trabalhos, teve lugar a **Conferência Internacional de Alto Nível sobre a Solução de Dois Estados**, copresidida por França e Arábia Saudita (detalhe [aqui](#)). Retomando os trabalhos iniciados em julho ([aqui](#)), a conferência marcou um ponto de viragem ao adotar a **Declaração de Nova Iorque** ([aqui](#)), que compromete os Estados a passos concretos, vinculativos e irreversíveis para a implementação da solução de dois Estados. Emmanuel Macron sublinhou que “não podemos esperar mais”, frisando que o reconhecimento “nada retira aos direitos do povo de Israel” e que se trata de “uma derrota para o Hamas”.

O Presidente Mahmoud Abbas, em videoconferência, considerou a Declaração “o início de um caminho irreversível para acabar com a catástrofe humanitária e com a ocupação”, reiterando o compromisso em

desarmar o Hamas e organizar eleições após a guerra. Destacou que “já em 1988 e 1993 reconhecemos o direito de Israel à existência”, apelando agora a reciprocidade. Vários líderes europeus e internacionais reforçaram esta linha: Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que “o reconhecimento do Estado da Palestina é o reconhecimento da própria paz — agora, hoje. Amanhã teria sido demasiado tarde”, enquanto o Primeiro-Ministro de Malta sublinhou que a solução de dois Estados é “o pior desfecho possível para o Hamas”.

A conferência registou ainda intervenções de peso de líderes árabes e europeus. O ministro saudita Faisal bin Farhan declarou que “a solução de dois Estados é a única forma de alcançar uma paz justa e permanente”. António Guterres voltou a pedir um cessar-fogo imediato e permanente, bem como acesso humanitário irrestrito. Annalena Baerbock, nova Presidente da Assembleia Geral, defendeu a necessidade de medidas tangíveis e temporizadas: “Devemos isso a todas as crianças da Palestina e de Israel, para que não herdem escombros e desespero, mas sim segurança, dignidade e esperança”. A mensagem final foi clara: só a concretização da solução de dois Estados pode inverter o curso da guerra e abrir caminho à paz duradoura.

O Estado da Palestina é agora reconhecido como nação soberana por **157 dos 193 Estados-membros da ONU**, representando 81 por cento da comunidade internacional. A Al-Jazeera publicou um quadro interativo com a identificação destes 157 países, disponível [aqui](#):

Countries that recognise Palestine

The State of Palestine is recognised as a sovereign nation by 157 of the 193 UN member states, representing 81 percent of the international community.

Search in table

Page 1 of 7

	Country	Date of recognition
1	France	September 22, 2025
2	Luxembourg	September 22, 2025
3	Malta	September 22, 2025
4	Monaco	September 22, 2025
5	Belgium	September 22, 2025
6	Andorra	September 22, 2025
7	United Kingdom	September 21, 2025
8	Australia	September 21, 2025
9	Canada	September 21, 2025
10	Portugal	September 21, 2025
11	Mexico	March 20, 2025
12	Armenia	June 21, 2024
13	Slovenia	June 4, 2024
14	Ireland	May 22, 2024
15	Norway	May 22, 2024
16	Spain	May 22, 2024
17	Bahamas	May 8, 2024
18	Trinidad and Tobago	May 3, 2024
19	Jamaica	April 24, 2024
20	Barbados	April 20, 2024
21	St Kitts and Nevis	July 29, 2019
22	Colombia	August 3, 2018
23	St Lucia	September 14, 2015
24	Holy See *	June 26, 2015
25	Sweden	October 30, 2014

* UN non-member observer state

Source: Palestinian Ministry of Foreign Affairs, news agencies



2. RÚSSIA: VIOLAÇÕES DO ESPAÇO AÉREO DA NATO

O Conselho do Atlântico Norte (NATO) reuniu-se a 23 de setembro, a pedido da Estónia, ao abrigo do Artigo 4.º do Tratado NATO, após a violação do seu espaço aéreo por três caças russos MiG-31, intercetados por aeronaves aliadas, a 19 de setembro (comunicado [aqui](#)). Foi a segunda reunião deste tipo em menos de duas semanas, depois da incursão de drones russos na Polónia, e outros Aliados, como Finlândia, Letónia, Lituânia,

Noruega e Roménia, também reportaram violações. A NATO classificou estas ações como perigosas, irresponsáveis e escalatórias, reafirmando solidariedade entre Aliados, compromisso inquebrável com o Artigo 5.º e apoio contínuo à Ucrânia. As declarações do Secretário-Geral da NATO à imprensa estão disponíveis [aqui](#).

A resposta da NATO inclui o lançamento da operação **Eastern Sentry**, reforçando a defesa aérea no flanco leste. Paralelamente, **sete Estados da linha da frente** (Estónia, Letónia, Lituânia, Finlândia, Polónia, Roménia e Bulgária) vão reunir-se com a Comissão Europeia e a Ucrânia para discutir a criação de uma **“muralha de drones”**, proposta já apoiada por Ursula von der Leyen no seu discurso sobre o Estado da União (notícia [aqui](#)). A Presidente da Comissão apresentará opções de financiamento numa reunião informal em Copenhaga, a 1 de outubro.

Von der Leyen afirmou ainda que a opção de abater aeronaves intrusas *“está em cima da mesa”*, frisando que cada centímetro do território da NATO deve ser defendido. Em linha semelhante, o ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Radosław Sikorski, advertiu Moscovo no Conselho de Segurança da ONU para não se queixar caso aeronaves ou mísseis sejam abatidos, acusando a Rússia de ambições imperialistas. O primeiro-ministro Donald Tusk reforçou em Varsóvia que a Polónia abaterá, sem discussão, qualquer objeto voador que viole o seu espaço aéreo.

3. PARLAMENTO EUROPEU ABRE REPRESENTAÇÃO NA UCRÂNIA

No dia 17 de setembro de 2025, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, **inaugurou oficialmente o escritório permanente da instituição em Kiev**, co-localizado com a Delegação da União Europeia. Esta decisão tem um forte valor político e simbólico, ao reafirmar a solidariedade europeia com a Ucrânia e o compromisso de estar presente no terreno (detalhe [aqui](#)).

Perante os Deputados da Verkhovna Rada, Metsola declarou: *“Saibam que o Parlamento Europeu permanecerá firmemente ao vosso lado, em cada passo do caminho, até que a paz seja assegurada, até que a liberdade seja restaurada e até que a Ucrânia ocupe o seu lugar de direito na nossa família europeia. (...) Estamos a abrir um escritório permanente do Parlamento Europeu aqui em Kiev, para estarmos presentes no terreno, a trabalhar convosco todos os dias. Este foi o nosso compromisso para convosco, e cumpri-lo. Estamos aqui convosco e aqui permaneceremos. E como também dizemos: ‘Nunca andarão sozinhos.’”*

A Ucrânia tem uma relação institucional sólida e de longa data com o Parlamento Europeu, formalizada em 2015 e renovada em novembro de 2023, quando Metsola e o presidente da Rada, Ruslan Stefanchuk, assinaram um novo Memorando de Entendimento. Nesse momento, foi já anunciada a intenção de abrir uma presença permanente em Kiev, considerada essencial para preparar as instituições ucranianas para a integração na União Europeia.

Desde a invasão russa em fevereiro de 2022, o Parlamento Europeu tem utilizado a sua diplomacia parlamentar para mobilizar apoios internacionais, aprovando diversas medidas de solidariedade e reforçando a cooperação interparlamentar.

4. PROVIDORIA EUROPEIA - INVESTIGAÇÃO A MENSAGENS DE TEXTO

A Provedora de Justiça Europeia, Teresa Anjinho, decidiu abrir um inquérito sobre a forma como a Comissão Europeia tratou um pedido de acesso a documentos relativo a uma mensagem de texto recebida pela Presidente da Comissão da parte do Presidente francês, no contexto das negociações comerciais com os países do Mercosul (detalhe [aqui](#) e o caso concreto [aqui](#), com a carta enviada à Presidente da Comissão Europeia). Mais contexto sobre o caso pode ser lido [aqui](#). A Provedora fez comentários numa entrevista ao *Político*, [aqui](#).

Como primeiro passo, o gabinete da Provedora pretende realizar uma reunião com representantes da Comissão para esclarecer a cronologia dos acontecimentos. Foi igualmente solicitado o acesso a documentos internos que detalhem os procedimentos adotados pela Comissão neste caso e que expliquem as suas políticas sobre o uso de telemóveis corporativos e a retenção de mensagens de texto e instantâneas. O caso resulta de uma queixa em que se alegava que uma mensagem deveria ser tratada como “*documento*” ao abrigo do Regulamento 1049/2001, devendo, portanto, ser registada e disponibilizada ao público. A Comissão respondeu que não conseguiu identificar a mensagem, uma vez que não foi registada por não ter produzido efeito administrativo ou jurídico, e que não foi possível recuperá-la porque no dispositivo da Presidente estava ativada a funcionalidade de mensagens efémeras da aplicação *Signal*, em conformidade com orientações internas de 2019. O requerente contesta tanto a não preservação da mensagem como a utilização dessa funcionalidade, considerando que esta compromete a obrigação institucional de garantir transparência e acesso público à documentação.

5. PARLAMENTO EUROPEU¹

AFCO - Alargamento e reformas institucionais

A Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu aprovou, por 18 votos contra 9, um relatório que defende reformas internas “*essenciais para preparar a União para novos Estados-membros*”. Os Deputados sublinham que o alargamento deve avançar em paralelo com as negociações de adesão e que a União deve tornar-se “*mais integrada, mais eficaz e mais democrática*” (detalhe [aqui](#)).

Entre as propostas, destacam-se a redução da dependência da unanimidade no Conselho, o uso da cláusula *passerelle* e o reforço da Cooperação Estruturada Permanente (PESCO). O relatório insiste na adaptação do Parlamento, do Conselho e da Comissão a uma União alargada, bem como na revisão dos Tratados para consolidar o papel do Parlamento como verdadeiro co-legislador e autoridade orçamental.

Principais medidas previstas no relatório:

- Reformar o procedimento de proteção dos valores da UE, eliminando a unanimidade no Conselho Europeu, fixando um calendário e atribuindo ao Tribunal de Justiça um papel de árbitro;
- Aumentar o teto do orçamento plurianual (acima de 1% do RNB), criar novos recursos próprios e prever salvaguardas específicas ligadas ao alargamento;
- Reintroduzir o estatuto de observador para países candidatos, já usado em 2004;
- Reforçar a confiança pública com campanhas de comunicação que mostrem os benefícios do alargamento e combatam a desinformação;
- Valorizar a cooperação interparlamentar e o papel do PE no apoio às reformas ligadas à adesão.

O relator **Sandro Gozi** (Renew, FR) afirmou: “*a verdadeira questão não é se a União deve alargar-se, mas como garantir que o alargamento fortalece a União*”. Para Gozi, “*o custo da inação é demasiado elevado e arriscado; a reforma já não é uma escolha, é uma necessidade urgente*”. Sublinhou ainda a necessidade de uma União “*mais eficiente, democrática e poderosa, capaz de agir mais depressa, falar a uma só voz e dar mais poder aos cidadãos*”.

O relatório será debatido em plenário de 20 a 23 de outubro em Estrasburgo.

ECON sanções financeiras à Rússia

Na passada quinta-feira, a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON) do Parlamento Europeu organizou uma audição com especialistas para **avaliar o impacto das sanções financeiras impostas à Rússia**

¹ Fonte: serviço de imprensa do PE

e discutir os próximos passos para reforçar a sua eficácia. Participaram *John Berrigan, Diretor-Geral da Comissão Europeia*, e *Paulis Iljenkovs, subdiretor da Unidade de Informação Financeira da Letónia*, que apresentaram diagnósticos e recomendações sobre a implementação e o reforço das atuais medidas (detalhe [aqui](#)).

- **Objetivos e desafios das sanções:** Berrigan sublinhou que o objetivo central continua a ser maximizar o impacto das sanções sobre a Rússia minimizando os efeitos colaterais na economia da União Europeia. Destacou ainda a necessidade de manter uma vigilância constante, dado que o contexto económico e geopolítico evolui rapidamente.

Iljenkovs, por seu lado, reconheceu a robustez dos pacotes de sanções já adotados, mas alertou que a eficácia depende de uma aplicação uniforme por todos os Estados-Membros. A implementação desigual reduz o efeito global das medidas e fragiliza a coerência da resposta europeia.

- **Circunvenção e criptoativos:** Vários Deputados questionaram a forma como a Rússia tem recorrido a países terceiros e a criptoativos para contornar as sanções. Berrigan garantiu que a Comissão reforçou o foco na luta contra a circunvenção desde o início da agressão russa à Ucrânia. Sublinhou que os criptoativos são monitorizados de perto, sendo reconhecidos como potenciais instrumentos de branqueamento de capitais.

Iljenkovs acrescentou que, graças ao 19.º pacote de sanções, é agora possível atingir prestadores de serviços de criptoativos fora da UE que ajudem cidadãos ou entidades russas a escapar às restrições.

- **Fundos congelados e apoio à Ucrânia:** Outro ponto central do debate foi a utilização dos ativos russos congelados. Os Deputados procuraram clarificar de que modo estes podem servir de colateral para os empréstimos à Ucrânia. Berrigan explicou que os ativos permanecem congelados e a sua propriedade não é alterada, sendo apenas mobilizados como garantia, até que a Rússia aceite pagar reparações.
- **Branqueamento de capitais e oligarcas:** Berrigan confirmou que a Comissão trabalha na inclusão da Rússia na lista de países de alto risco em matéria de branqueamento de capitais, ainda que o processo avance mais lentamente por não poder ser conduzido no terreno.

Vários Deputados exigiram maior firmeza na apreensão das fortunas de oligarcas russos, alegadamente obtidas através de atividade criminosa. Iljenkovs assinalou que as novas regras permitem agora recorrer a confiscações sem condenação penal, facilitando as apreensões.

Foram ainda feitas críticas ao facto de alguns oligarcas continuarem a operar na UE, beneficiando de regimes de passaportes muito liberais em certos Estados-Membros. Iljenkovs esclareceu que a listagem direta destes indivíduos dificultaria significativamente a sua atividade económica no espaço europeu. Assinalou também a falta de uma abordagem uniforme para proibir empresas-subsidiárias sob controlo final de oligarcas russos de atuarem na UE.

PAC - debate com Comissário Hansen

O comissário Christophe Hansen apresentou, a 24 de setembro, perante a Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRI) do PE, a proposta de reforma e financiamento da Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2028-2034, mas enfrentou críticas quase unânimes dos Deputados. A nova arquitetura orçamental, assente na fusão dos fundos da PAC, foi rejeitada por vários grupos políticos, que a consideram prejudicial para os agricultores e para a coesão europeia.

Carmen Crespo (PPE, Espanha) questionou: “*Por que mudar um sistema que funcionava?*”, sublinhando que o setor agroalimentar surge como “*o grande perdedor*” do próximo QFP. Também Céline Imart (PPE, França) pediu a retirada da proposta. Dario Nardella (S&D, Itália) reconheceu alguns pontos positivos — como a degressividade das ajudas e o apoio aos jovens — mas rejeitou a reforma no seu conjunto, considerando que

representa “o desmantelamento da solidariedade europeia” e que “esta reforma não é uma evolução, é uma dissolução”. Mireia Borrás Pabón (PFE) denunciou perdas de 22% nos fundos (cerca de 10 mil milhões de euros), qualificando-as como “um golpe fatal”, enquanto Bert-Jan Ruissen (CRE, Países Baixos) apontou uma quebra de 24% no orçamento nacional. Para Benoît Cassart (Renew, Bélgica), trata-se de uma “dupla pena” para os agricultores — menos apoios e mais concorrência desleal nos mercados.

Hansen procurou rebater as críticas, rejeitando a ideia de estar a destruir um modelo sólido: “*Se funcionava tão bem, o que estaríamos aqui a fazer?*”. Lembrou ainda que a “renacionalização” da PAC começou há sete anos com os planos estratégicos nacionais, que foram “*uma exigência forte do Parlamento e dos Estados-membros*”.

Dois dias antes, a 22 de setembro, os ministros da Agricultura reunidos em Bruxelas também manifestaram forte oposição à proposta da Comissão. Embora tenham criticado a redução global do orçamento, a contestação centrou-se sobretudo na ideia de fundir os dois pilares da PAC num fundo único, rompendo com a arquitetura tradicional. A quase totalidade dos ministros defendeu a manutenção da estrutura atual, com envelopes equivalentes aos existentes, e alguns, como Portugal, exigiram que se tivesse em conta o efeito da inflação.

As críticas mais duras vieram de países como Itália, França e Eslováquia. O ministro italiano Francesco Lollobrigida alertou que a proposta equivale a “deitar para o lixo 60 anos de PAC”. A ministra francesa Annie Genevard descreveu-a como “revolução, e não evolução”, enquanto a Eslováquia contestou perdas de cerca de mil milhões de euros e medidas como a degressividade obrigatória e o plafonamento, que, segundo disse, puniriam injustamente grandes explorações agrícolas. Em resposta, Hansen garantiu que os instrumentos dos dois pilares continuarão a existir, ainda que sob formas diferentes, e sublinhou que os 300 mil milhões de euros propostos representam um “mínimo absoluto”, sujeito às negociações do próximo QFP.

Acordo UE-Mercosul

Vários Deputados de diferentes grupos políticos (Verdes/ALE, A Esquerda, S&D, Renew Europe e PPE) procuram reunir **72 assinaturas para apresentar uma proposta de resolução que poderá levar a um pedido de parecer ao Tribunal de Justiça da União Europeia sobre a legalidade do acordo UE-Mercosul**. O projeto sustenta que a arquitetura do acordo, que permite a ratificação da componente comercial apenas pelas instituições da UE, pode violar o artigo 218.º do TFUE e os princípios da competência, do equilíbrio institucional e da cooperação sincera previstos no artigo 4.º do TUE.

Outra crítica central recai sobre o mecanismo de “reequilíbrio” negociado pelo Brasil, considerado potencialmente incompatível com vários artigos do TFUE e com a Carta dos Direitos Fundamentais. Os Deputados alertam que esta cláusula pode condicionar a autonomia regulatória da União, desincentivando novas legislações ambientais, sociais ou sanitárias, ou até levando a rever normas já em vigor, para evitar pedidos de compensação por parte do Mercosul. Finalmente, levantam também preocupações quanto ao respeito do princípio da precaução, temendo que o acordo reduza os controlos sanitários e fitossanitários nas importações.

6. CURSO DE JORNALISMO PARLAMENTAR

No momento em que se assinalam os 40 anos da adesão de Portugal à União Europeia, decorreu a 1.ª edição do Curso de Jornalismo Parlamentar, uma iniciativa da Assembleia da República em parceria com o Gabinete do Parlamento Europeu em Portugal. Ao longo de dois dias, o Centro Interpretativo – Casa do Parlamento acolheu 21 jornalistas portugueses, num programa que combinou partilha de experiências e reflexão sobre o papel do jornalismo parlamentar e europeu na vida democrática.

O curso tem como objetivo central aprofundar a compreensão da ligação entre a legislação europeia e o trabalho parlamentar nacional, permitindo que jornalistas especializados em dossiês europeus ou parlamentares tenham uma visão mais completa do processo legislativo que impacta diretamente os cidadãos. Trata-se de uma aposta

em capacitar os profissionais de comunicação social, reforçando a transparência e a qualidade da informação sobre os assuntos europeus.

O programa, dividido em duas fases, começou em Lisboa, na Assembleia da República, com sessões sobre o funcionamento do Parlamento Europeu e da Assembleia da República, o impacto das leis europeias em Portugal, e a importância da comunicação interinstitucional, e incluiu ainda debates com Deputados nacionais e europeus. A segunda fase decorrerá em dezembro, em Estrasburgo, onde os participantes serão convidados a acompanhar uma sessão plenária do Parlamento Europeu.

Disponibilizamos, [aqui](#), um breve vídeo sobre o trabalho desenvolvido nesta primeira parte do Curso de Jornalismo Parlamentar, que terá seguimento, em dezembro, no Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

7. PARLAMENTO EUROPEU - CANDIDATOS AO PRÉMIO SAKHAROV

Os grupos políticos e Deputados ao Parlamento Europeu apresentaram esta semana os candidatos ao **Prémio Sakharov** para a Liberdade de Pensamento 2025, a mais alta distinção europeia em matéria de direitos humanos. A lista final de três candidatos será votada em outubro, antes da decisão final pela Conferência dos Presidentes (detalhe [aqui](#)).

Os candidatos são, por ordem alfabética:

- *Mzia Amaglobeli e o movimento pró-democracia na Geórgia (nomeados por Rasa Juknevičienė e 60 Deputados);*
- *Budapest Pride (nomeado pelo grupo Verdes/ALE, Marc Angel, Kim Van Sparrentak e 43 membros);*
- *Jornalistas e trabalhadores humanitários em zonas de conflito, representados pela Palestinian Press Association, Palestinian Red Crescent Society (PRCS) e UNRWA (nomeados pelo grupo S&D);*
- *Jornalistas na Palestina (Hamza e Wael Al-Dahdoub, Plestia Alaqad, Shireen Abu Akleh, Ain Media em memória de Yasser Murtaja e Roshdi Sarraj – nomeados pelo grupo A Esquerda/GUE-NGL);*
- *Charlie Kirk (nomeado pelo grupo Europe of Sovereign Nations);*
- *Andrzej Poczobut (nomeado pelos grupos PPE e ECR);*
- *Boualem Sansal (nomeado pelo grupo Patriots for Europe);*
- *Estudantes sérvios (nomeados pelo grupo Renew Europe).*

A lista restrita de três finalistas será definida em outubro pelas comissões dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento, e o vencedor será anunciado no mesmo mês. A cerimónia oficial de entrega terá lugar durante a **sessão plenária de dezembro em Estrasburgo**.

8. PARLAMENTO EUROPEU - HABITAÇÃO

A Comissão Especial sobre a Crise da Habitação (HOUS), criada pelo PE em dezembro de 2024, é composta por 33 membros e tem um mandato de 12 meses, com o objetivo de apresentar soluções para garantir habitação digna, sustentável e acessível em toda a UE, abordando um problema que afeta especialmente os grupos de baixos e médios rendimentos.

O mandato inclui mapear necessidades habitacionais, avaliar políticas nacionais e da UE, analisar a especulação imobiliária e os arrendamentos de curta duração, bem como a eficácia dos fundos disponíveis. A Comissão

deverá ainda propor medidas para reforçar a habitação social, cooperativa e acessível, apoiar a renovação de edifícios e contribuir para o futuro Plano Europeu de Habitação Acessível.

Esta Comissão tem publicado vários estudos pertinentes sobre o setor da habitação, que referenciamos:

- **Construção e Renovação nos Mercados de Habitação da UE: Desafios e Oportunidades para Garantir a Acessibilidade**, disponível [aqui](#): O estudo identifica os principais entraves à construção e renovação habitacional, analisa o impacto na acessibilidade da habitação e recomenda políticas que incentivem a reabilitação, considerada crucial mas ainda pouco aproveitada.
- **Os aspetos regulatórios do arrendamento de curta duração na UE**, disponível [aqui](#): avalia o impacto dos arrendamentos de curta duração no acesso à habitação acessível na UE, analisando a diversidade e os desafios dos regimes regulatórios e o papel da legislação europeia na regulação destes arrendamentos e das plataformas digitais que os promovem.
- **Desenvolvimentos jurídicos sobre os alojamentos de curta duração na UE**, disponível [aqui](#): este estudo apresenta uma visão geral das reações dos Estados-Membros ao processo *Calí Apartments SCI* e analisa os desafios e oportunidades resultantes da regulação dos arrendamentos de curta duração. Reflete igualmente sobre possíveis opções de política a nível da UE neste domínio.

9. REUNIÕES DO CONSELHO

Teve lugar o Conselho de Agricultura e Pescas, de que demos nota no ponto 4.

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana é dedicada às Comissões parlamentares do PE.

Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 30 de setembro, destacando-se o **Pacote União da Poupança e do Investimento**.

Conselho da UE

O calendário está disponível e terão lugar as seguintes reuniões: 29/30 de setembro - Conselho (Competitividade) – Mercado Interno e Indústria; 1 de outubro: Reunião informal dos chefes de Estado ou de Governo, Copenhaga; 2 de outubro: Reunião da Comunidade Política Europeia.

Luxemburgo | 26 de setembro de 2025

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)